Brasília, 20 de maio de 2011

E.M. nº 006-2011/**CONSEA**

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, reunido em plenária no dia 4 de maio de 2011, discutiu e fez proposições relativas à volatilidade dos preços dos alimentos e seus impactos para a soberania e segurança alimentar e nutricional e a realização do direito humano à alimentação adequada e saudável no Brasil e no mundo. Dando continuidade a Exposição de Motivos, nº 004, de 30 de maio de 2008, a expectativa do Conselho com esta nova manifestação[1] é contribuir com as decisões do governo tanto no âmbito interno, sabendo que essa tem múltiplas repercussões na agenda governamental brasileira de erradicação da pobreza extrema, quanto na atuação internacional do país, buscando-se a coerência entre a política interna e externa brasileira.

1 - Caracterização do Problema

Assim como ocorrido no ano de 2008, o mundo enfrenta novamente um período de volatilidade dos preços de alimentos com prevalência de uma tendência de aumento desses preços desde a segunda metade de 2010, que pode culminar numa nova crise global de alimentos. Esse fenômeno já tem repercussões na inflação do país e, consequentemente, na realização do direito humano à alimentação adequada e saudável da população.

A Exposição de Motivos nº 004, de 30 de maio de 2008, apresentava um diagnóstico de que a alta dos preços dos alimentos era ocasionada por múltiplas causas, não podendo sua análise ser limitada a fatores conjunturais tratados isoladamente. A retomada da elevação desses preços fez com que a volatilidade dos preços das commodities agrícolas ganhasse destaque devido às flutuações extremadas e inesperadas dos mesmos, com uma amplitude e freqüência que resultam na instabilidade nos mercados e, consequentemente, em incertezas para agricultores e consumidores que sofrem com as repercussões dessa instabilidade nos preços finais dos alimentos.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), as mudanças climáticas, o aumento da demanda por alimentos, o uso de grãos para fabricar

[1] O presente documento baseou-se em contribuições dos Grupos de Trabalho de Volatilidade de Preços de Alimentos e de Indicadores de Monitoramento do Consea, com a participação de representantes da Presidência da República, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Fazenda (MF) e das Relações Exteriores (MRE), bem como da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e de representantes da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), da Action Aid, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

agrocombustíveis e o encarecimento do petróleo são alguns dos principais fatores para explicar o quadro atual.

Ratificando seu diagnóstico anterior, o Consea entende que a volatilidade de preços de alimentos ocorre por razões sistêmicas e não somente conjunturais, sendo necessária uma profunda reflexão sobre o modelo global de produção e consumo de alimentos, pautado na mercantilização dos alimentos. Isto significa dizer que o problema não será solucionado somente por meio do incremento do volume de produção, requerendo uma revisão do modelo de produção, comercialização e consumo dos alimentos. A produção de alimentos não pode ser analisada simplesmente sob a lógica produtiva e comercial, mas deve considerar o seu aspecto social.

No contexto da meta governamental de erradicação da pobreza extrema, a desestabilização do abastecimento alimentar e o encarecimento do custo de vida, entre outros efeitos da alta de preços, atingem de modo perverso os mais pobres.

1.1. Indicadores internacionais

De acordo com o Índice de Preços de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), os preços mundiais dos alimentos atingiram em fevereiro de 2011 o maior nível da série histórica, sendo o oitavo mês consecutivo de recorde na alta dos preços dos alimentos superando, inclusive, a pontuação registrada no pico da crise anterior, em junho de 2008. Importa salientar que esse indicador mede as mudanças mensais de preços para uma cesta de alimentos composta por cereais, oleaginosas (castanhas, avelãs, amêndoas), laticínios, carne e açúcar, que se caracterizam, também, como commodities agrícolas.

Apesar da queda ocorrida em março de 2011, em comparação com fevereiro do mesmo ano, o Índice de Preços de Alimentos da FAO ainda é 37% superior ao nível de março de 2010, não sendo possível inferir uma inversão de tendência de alta. Ao contrário, confirma-se uma forte instabilidade dos preços de alimentos no cenário internacional.

Ainda de acordo com o Relatório Perspectivas de Alimentação, divulgado em 2010 pela FAO, foi prevista uma queda dos estoques mundiais de alimentos para 2011 devido à estimativa de baixa produção agrícola mundial, principalmente de cereais e grãos. Segundo o relatório, os estoques globais de cereais devem sofrer reduções drásticas de cerca de 6% em média. Esse cenário aponta para uma crise de abastecimento alimentar, principalmente para os países em desenvolvimento que dependem da importação de grãos.

É importante também ressaltar que houve um crescimento da demanda por alimentos no mundo. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a importação de óleos e oleaginosas pela China aumentou 8,7% ao ano entre 2003 e 2010.

Outro fator a ser considerado é o aumento da produção de agrocombustíveis e suas repercussões sobre a produção e disponibilidade de alimentos no mundo. Segundo dados da FAO, os países têm destinado cerca de 120 milhões de toneladas de cereais de consumo humano para a produção de combustível. Nesse ponto, sobressaem os grandes volumes de milho utilizados na produção de etanol, notadamente, nos Estados Unidos da América.

Um elemento que ganhou importância nas duas crises recentes é o aumento da especulação financeira com commodities agrícolas e não-agrícolas. Segundo dados do Banco Internacional de Compensações, o número de contratos em aberto nas bolsas de commodities atingiu o recorde histórico no terceiro trimestre de 2010, antes de cair no quarto trimestre e voltar a subir no começo de 2011. Os preços internacionais das commodities têm respondido mais à especulação financeira que à demanda de alimentos dos países emergentes. Em 2010, foram investidos 63 bilhões de dólares em contratos futuros de commodities, formando um estoque estimado por bancos privados de 320 bilhões de dólares em apostas de que os preços desses

bens continuarão subindo. Esse índice, que engloba as principais matérias-primas, subiu 6% entre os dias 15 e 25 de março de 2011.

Alia-se aos fatores abordados a concentração dos mercados de insumos agrícolas, transformação e transporte dos alimentos em mãos de grandes corporações, com repercussões na formação dos preços dos alimentos. Nesse sentido, também cabe citar os riscos apresentados pela compra de terras brasileiras por empresas transnacionais, ameaçando o direito aos territórios dos povos e comunidades tradicionais e o acesso dessas comunidades a alimentos para seu próprio consumo.

1.2. Repercussões no Brasil

Entre junho de 2007 e maio de 2008, no período mais agudo da anterior crise dos alimentos, o custo da cesta básica aferido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em 16 capitais do Brasil apresentou elevação anual entre 27,24% e 51,85%. Mais recentemente, o custo dessa mesma cesta sofreu um aumento de 12% em abril de 2011 em relação a janeiro de 2010, tendo os preços dos itens alimentícios aumentado em 14,63%. Destacam-se, nesse percentual, o aumento dos preços da carne e do frango em, respectivamente, 28,88% e 27,4% no período, enquanto que os preços do feijão e do açúcar neste período (de janeiro 2010 a abril de 2011) subiram 33,36% e 11,40%.

De acordo com o Dieese, o Índice do Custo de Vida, que mede a variação do custo de vida das famílias com renda de 1 a 30 salários mínimos do município de São Paulo, subiu em 6,9% em 2010. Já no primeiro quadrimestre de 2011, o ICV apresentou um aumento acumulado de 3,48%, para o quê contribuiu, principalmente, os gastos com alimentação fora do domicílio. No período de 2005 a 2011, a inflação acumulada foi de 37,27%, período no qual se observaram aumentos acima de 60% no item alimentação fora do domicílio e de 48,68% na alimentação no domicílio. Os preços dos alimentos foram a principal razão do expressivo aumento do custo da alimentação nesses dois itens.

A elevação dos derivados do petróleo, como o gás de botijão, também contribuiu para o aumento desses custos. Ainda segundo o Dieese, os preços das commodities têm contribuído diretamente com o aumento da inflação no Brasil.

O indicador oficial da inflação no Brasil, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre junho de 2007 e maio de 2008, no grupo Alimentação, apresentou variação acumulada de 14,63%. Já a variação acumulada em 12 meses do IPCA em março de 2011 foi de 6,30%, tendo os preços dos itens alimentícios aumentado em 8,76%. Destacam-se, nesse período, o aumento dos preços da carne e da alimentação fora do domicílio em, respectivamente, 22,3% e 10,69%.

2 – Elementos de diagnóstico

Ao contrário da concepção que considera a volatilidade atual dos preços como um comportamento sazonal comum aos produtos agrícolas, o Consea entende o quadro recente como um fenômeno novo por sua amplitude e pelas causas não-tradicionais que envolve.

Dentre essas causas, destaca-se a especulação financeira aliada à falta de transparência e de regulação dos mercados futuros de produtos agrícolas. A partir de 1990, as commodities agrícolas passaram a receber atenção de investidores do mercado financeiro ficando sujeitas às oscilações dos investidores globais. Sabe-se que a velocidade e magnitude das decisões de investimento nos mercados financeiros podem provocar pressões repentinas sobre a demanda por aplicações, entre as quais figuram as commodities agrícolas, de modo que os preços dos alimentos tornaram-se tão voláteis quanto as expectativas dos investidores. O Consea concorda com o diagnóstico de que os mercados de futuros têm extrapolado suas funções de prover liquidez e proteção contra riscos, contribuindo, assim, com a instabilidade dos preços de alimentos. Por essa razão, coloca-se a necessidade de fortalecimento dos mercados à vista em

contraposição aos mercados futuros cuja regulação deve ser ampliada de modo a evitar que a especulação financeira siga como uma das principais causas de crises como a atual. A elevada liquidez dos mercados financeiros internacionais e seus impactos no recente aumento dos preços de alimentos foram ressaltados na reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) em março de 2011.

A complexidade da instabilidade dos preços de alimentos requer que sua análise considere as especificidades de cada produto, indo além do tratamento de todos eles de forma agrupada. Feita a ressalva, cabe ressaltar as contribuições do aumento da demanda e da mudança do padrão de consumo de alimentos nos países emergentes para o tensionamento dos preços de alimentos. O padrão de consumo global tornou-se concentrado em poucos tipos de alimentos, vulnerabilizando grupos populacionais e países que não diversificam sua produção, não valorizam os produtos regionais e desperdiçam os alimentos produzidos. Além disso, o reducionismo da disponibilidade alimentar potencializa qualquer variação dos preços dos alimentos devido à concentração do consumo em poucos produtos. Isto reforça a importância do resgate da biodiversidade e da cultura alimentar local para o enfrentamento da volatilidade de preços internacionais de alimentos. É preciso atentar para o fato de que algumas das ameaças e obstáculos a esse resgate, no Brasil, são encontradas, inclusive, em documentos legais como, por exemplo, a Lei de Cultivares.

Com relação à necessidade de diversificação da produção e do consumo de alimentos, a questão ambiental cresce em importância em razão da destruição de alguns biomas e seus respectivos alimentos *in natura*.O Brasil apresenta um potencial bastante grande na sua capacidade de produção de alimentos saudáveis, considerando, sobretudo, a especificidade da agricultura familiar, as práticas dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e também o potencial da agricultura urbana.

Outro importante elemento na atual crise é o avanço do controle de um reduzido número de grandes corporações multinacionais em todos os segmentos do sistema alimentar mundial. A organização da produção mundial e dos fluxos comerciais tem favorecido a oligopolização transnacional dos mercados de sementes e insumos agrícolas, da indústria alimentar e da atividade de varejo, com o conseqüente empoderamento das grandes corporações na determinação dos padrões de produção e consumo. O poder crescente das corporações tem promovido a concentração da riqueza, da posse da terra, da produção de alimentos e dos mercados de insumos agrícolas, transformação, transporte e varejo de alimentos, bem como o controle sobre as sementes que se vê reforçado pela liberalização de sementes modificadas geneticamente. A legislação brasileira tem adotado um modelo concentrador de produção de alimentos que é nocivo à sociobiodiversidade e à saúde humana ao possibilitar a restrição ao livre acesso dos recursos naturais a partir da liberalização do uso da sementes geneticamente modificadas e de agrotóxicos na produção de alimentos, o que contribui também para o aumento dos custos de produção.

Por tudo isso, o Consea entende que os mecanismos de auto-regulação não são suficientes. Constata-se que a carência de instrumentos de regulação oriunda da liberalização financeira dos mercados nacionais requer medidas de intervenção dos Estados nacionais por meio de políticas públicas orientadas pelo princípio da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Nessa mesma direção, negociações comerciais como a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), fundada na égide da liberalização do comércio, ficam descontextualizadas, podendo gerar efeitos mais desestabilizadores à produção e comercialização de alimentos nos diversos países. Outra questão é o fenômeno da reconcentração de renda que está ocorrendo na Europa visto que a política agrícola comum européia (PAC) é um modelo que resulta na reconcentração de renda.

Além dos aspectos econômicos e financeiros, a plenária do Consea concluiu que o enfrentamento da crise dos alimentos deve incorporar também a questão climática que se soma às demais questões ambientais. Isto porque, para a instabilidade dos preços dos alimentos, tem

contribuído a volatilidade da produção em razão da maior ocorrência de eventos climáticos extremos. Além disso, as mudanças climáticas têm promovido o deslocamento da produção, a perda de safras, o desaparecimento de determinadas espécies e outros impactos sobre a produção de alimentos. Por essa razão, dado que os impactos sobre as populações vulnerabilizadas são mais destrutivos, o Consea entende que o enfrentamento das repercussões das mudanças climáticas não se limita às ações de mitigação das suas causas e à avaliação de seus impactos na produção, mas envolve também ações de prevenção e adaptação voltadas aos grupos com maior vulnerabilidade.

Importante destacar que a volatilidade dos preços de alimentos repercute, negativamente, em políticas públicas que atuam no acesso aos alimentos, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse fato requer uma revisão do desenho desses programas que tome em conta o comportamento dos preços dos alimentos, seja a volatilidade causada pelas commodities agrícolas, seja aquela provocada por outros fatores no caso das frutas e hortaliças. Ademais, deve-se considerar os impactos nos programas de transferência de renda que sofrem uma redução do seu poder aquisitivo frente ao aumento dos preços de alimentos.

A respeito das políticas públicas, cabe citar que o atual contingenciamento orçamentário de despesas com diárias e passagens do governo federal impactou as atividades finalísticas dos programas e ações federais estratégicos, tais como a regularização de terras, sobretudo dos povos e comunidades tradicionais, a assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o fomento ao desenvolvimento sustentável a exemplo da política de pesca e de promoção da igualdade racial, contribuindo para aumentar a vulnerabilidade da produção, do acesso e do consumo de alimentos de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e de pobreza extrema.

Além disso, o Brasil possui uma responsabilidade internacional em razão da notoriedade que adquiriu nesse campo, obrigando a que as decisões governamentais não se restrinjam a explorar os ganhos oferecidos ao país pela conjuntura econômica em função da sua condição de grande exportador de alimentos. Coloca-se, portanto, o risco de uma fragmentação da visão brasileira que deve ser tratado como uma questão institucional que requer, entre outros, buscar uma coerência entre as políticas interna e externa.

Nesse sentido, vimos respeitosamente submeter à Vossa Excelência as seguintes proposições para os âmbitos nacional e internacional, orientadas pelos enfoques da soberania e da segurança alimentar e nutricional e da promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável.

3 – Proposições para a esfera nacional

3.1. Fortalecimento da agricultura familiar agroecológica por meio de política de preços e de acesso aos mercados locais

O papel desempenhado pela agricultura familiar na promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional da população brasileira, comprovado na crise dos alimentos de 2006-2008, requer que o governo brasileiro articule, de modo intersetorial, as políticas de desenvolvimento econômico com esse objetivo maior. Um dos elementos para tanto é o reconhecimento da relação direta do acesso à terra e aos territórios com a produção voltada para o abastecimento alimentar nacional. Na mesma direção, é imprescindível a revisão do modelo agrícola predominante no país que estimula a mercantilização dos alimentos e expressa os interesses exclusivos do agronegócio brasileiro, contrariando os pilares necessários para a garantia da realização do direito humano à alimentação adequada e saudável.

O Consea entende que o fortalecimento da agricultura familiar perpassa pela garantia e estabilização de preços para a agricultura familiar, visto que sua produção atende em grande parcela a demanda de consumo interno de alimentos, sendo responsável por cerca de 70% dos

alimentos consumidos no país. Os impactos dos preços internacionais no Brasil têm sido atenuados devido à ampliação da produção apoiada em várias políticas públicas, em especial aquelas voltadas para a agricultura familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA). A estas políticas combinam-se outras das áreas de previdência, assistência social, transferência de renda, alimentação escolar e recomposição do salário mínimo. Importa reafirmar que o fortalecimento da agricultura familiar deve estar pautada numa política de transição agroecológica e no manejo da agrobiodiversidade.

Propomos, ainda, que o governo brasileiro adote medidas que combatam o monopólio e o oligopólio no mercado de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que fortaleça as políticas de fomento à agricultura familiar e agroecológica. Elas devem ser acompanhadas do resgate das sementes tradicionais e dos hábitos alimentares regionais de modo a fortalecer a produção local e a alimentação adequada e saudável e promover o desenvolvimento local e regional. Um dos instrumentos para tanto é a implementação de uma política diferenciada de preços para a agricultura familiar agroecológica.

Além delas, propõem-se a seguir outras medidas para o fortalecimento da agricultura familiar:

- fortalecimento da assistência técnica e extensão rural adequada para a produção familiar agroecológica;
- fomento à vigilância sanitária inclusiva aos modos tradicionais de produção;
- fomento ao associativismo e cooperativismo;
- absorção da produção da agricultura familiar no mercado de compras governamentais;
- ampliação do crédito e de políticas de transferência de renda para o ambiente rural;
- fomento à agricultura familiar urbana e peri-urbana;
- fomento à agricultura praticada pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais por meio da garantia de seus direitos territoriais.

A adoção das medidas sugeridas acima contribui, ademais, com a preservação ambiental e a redução da destruição de biomas visto que a degradação ambiental promove a escassez de certos alimentos específicos de determinados biomas.

3.2. Instituição de uma política nacional de abastecimento alimentar

Com base na Exposição de Motivos n° 024, de 19 de dezembro de 2005, ao Governo Federal, o Consea propôs a instituição de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar com enfoque na soberania e na segurança alimentar e nutricional e no direito humano à alimentação adequada e saudável. O contexto impõe a imediata retomada e atualização do referido documento, com definição de responsabilidades institucionais por meio da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) visando o início da implementação da referida política.

Tramita no Senado Federal o Projeto de Lei n° 51/2008 com proposições para a criação de uma política nacional de abastecimento que não atende às recomendações descritas na supracitada Exposição de Motivos. Por essa razão, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) está elaborando uma proposta de substitutivo a esse Projeto de Lei, que aponta a Política Nacional de Abastecimento Alimentar como um sistema integrado que se estende da produção ao consumo de alimentos. O Consea apóia essa iniciativa no sentido de ela vir a contribuir na implementação da Política Nacional de Abastecimento Alimentar, parte central da estratégia do governo de enfrentamento da atual crise de preços de alimentos.

Os campos de atuação da Política Nacional de Abastecimento Alimentar abrangem:

a) os alimentos e sua disponibilidade e acessibilidade, incluindo os programas voltados para a produção eqüitativa e sustentável dos alimentos e a manutenção de estoques de alimentos;

b) a alimentação como expressão dos hábitos de consumo da população, com a

correspondente promoção da alimentação adequada e saudável;

c) ações relacionadas à regionalização da produção, do comércio e dos demais serviços de alimentação;

d) ações dirigidas a grupos populacionais específicos.

Importa mencionar que os princípios da referida Política Nacional de Abastecimento Alimentar devem orientar a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, conforme mencionados a seguir:

I - Garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional;

II - Sustentabilidade na produção, comercialização, distribuição e consumo de alimentos;

III– Ampliação do acesso da produção familiar e de pequeno e médio porte aos mercados, incluindo os produtos do extrativismo;

IV - Valorização dos produtos da biodiversidade;

V – Participação e controle social.

3.3. Implementação imediata de instrumentos específicos de regulação de mercado

Para a implementação imediata de instrumentos específicos de regulação de mercado e promoção da agricultura familiar, faz-se necessária a ampliação da transparência dos estoques privados de alimentos, visto que os estoques públicos alcançaram essa transparência no Brasil. Nesse sentido, o Consea propõe a regulamentação da informação obrigatória de estoques privados de modo a permitir seu monitoramento.

3.4. Ação junto a grupos populacionais mais vulneráveis

Destaca-se também a necessidade de implementar medidas para atenuar os impactos da volatilidade de preços de alimentos sobre consumidores, especialmente os grupos populacionais mais vulneráveis, tais como: (i) a retomada da política de estoques públicos de alimentos, incluindo investimento em infra-estrutura de armazenagem e transporte, melhorias na gestão, visando ampliação do acesso à alimentação para as famílias mais vulneráveis; (ii) realinhamento dos valores transferidos pelo Programa Bolsa Família, com base na inflação devida aos aumentos do custo da cesta básica; (iii) realinhamento dos valores do per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de acordo com a alta dos preços dos alimentos (iv) reforma tributária e revisão da política de isenção fiscal de modo a que os benefícios se reflitam no preço pago pelo consumidor, entre outras medidas.

3.5. Criação de um Observatório Nacional de Preços de Alimentos

O Consea propõe a criação de um Observatório Nacional de Preços de Alimentos com um formato institucional que possibilite a organização de uma série de informações vindas de instituições diversas que, em conjunto, propiciem uma análise intersetorial da problemática da volatilidade dos preços, incluindo suas causas e seus desdobramentos. Cada instituição deverá contribuir com sua expertise, e/ou com os dados por elas produzidos e processados, para que se possa monitorar esta questão de forma a minimizar impactos negativos sobre a soberania e a segurança alimentar e nutricional da população.

O Consea propõe que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) seja o lócus institucional do Observatório e que sua composição conte com a participação efetiva da sociedade civil, conferindo legitimidade e transparência ao Observatório.

A construção do Observatório Nacional de Preços de Alimentos deverá ser gradativa, iniciando pelo trabalho de acompanhamento dos preços domésticos e dos estoques de alimentos, com a

posterior inclusão do acompanhamento de âmbito internacional e chegando a incluir os elementos das mudanças climáticas e do uso da terra.

O Grupo de Trabalho de Indicadores de Monitoramento do Consea, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome (MDS) definiu uma relação de indicadores que poderiam ser acompanhados, a princípio, pelo Observatório, conforme descrito abaixo:

1) Peso dos alimentos nos índices de inflação no atacado e no varejo;
2) Índice de volatilidade de preços para alimentos;
3) Número de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo;
4) Variação do grupo alimentação no domicílio do Índice do Custo de Vida;
5) Preço dos alimentos em relação ao preço dos outros produtos;
6) Composição do Preço dos Alimentos;
7) Cotações internacionais das commodities e oscilações do câmbio;
8) Produção, nacional, dos principais grãos e oleaginosas;
9) Balanço da oferta e demanda nacional dos principais grãos e oleaginosas;
10) Séries históricas da produção dos principais grãos e oleaginosas;
11) Custo de produção dos principais grãos e oleaginosas;
12) Produção nacional de carnes e ovos;
13) Produção mundial de carnes e ovos;
14) Balanço da oferta e demanda nacional de carnes e ovos;
15) Balanço da oferta e demanda mundial de carnes e ovos;
16) Mercados de sementes e peso das grandes corporações;
17) Expansão da cultura da cana de açúcar e de soja;
18) Impacto específico da volatilidade sobre domicílios chefiados por mulheres.

No âmbito da instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), prevista na Lei n° 11.346, de 15 de setembro de 2006, propõe-se que a criação do Observatório esteja articulada com o sistema de indicadores e monitoramento do Sisan.

4 – Proposições para a esfera internacional

Propõe-se que a atuação internacional do Governo Brasileiro seja afirmativa da promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável na tomada de decisões, ao mesmo tempo em que questione a volatilidade de preços de alimentos resultante da mercantilização dos alimentos no cenário internacional.

A respeito da governança global em segurança alimentar e nutricional, constata-se a insuficiência das atuais instituições e organismos internacionais para o enfrentamento da crise de preços dos alimentos. Por isso, o Consea tem apoiado como fórum principal de coordenação das ações o Comitê de Segurança Alimentar Global (CSA) das Nações Unidas, por seu formato multilateral que, ademais, realizou recente reforma incorporando a participação da sociedade civil, diretamente, em suas deliberações, diferentemente do G-20 onde a possibilidade dessa participação, além de muito restrita, é indireta por liberalidade dos governos participantes desse fórum.

O CSA encomendou um estudo ao Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar sobre a volatilidade de preços de alimentos. Propõe-se que seja feito um esforço especial de envolvimento na discussão que decorrerá do documento e, sobretudo, na participação brasileira quando sua versão final for apreciada na sessão plenária do Comitê em outubro de 2011.

Uma recomendação específica se refere à necessidade de atualização da metodologia de cálculo do estado de insegurança alimentar (Sofi), elaborado pelo FAO, que deve também considerar a dimensão preventiva da coleta e análise de dados.

Importante também considerar que a Organização Mundial do Comércio (OMC) enfraqueceu seu papel e abriu espaço para relações bilaterais entre os países e a recomposição de políticas nacionais de difícil implementação pela maioria dos países com maior vulnerabilidade. Por essas razões, o Consea reafirma a importância do multilateralismo na governança global, porém, um multilateralismo com conteúdos ditados pela perspectiva da participação social, da promoção da agricultura familiar e camponesa sustentável, da criação de capacidade para o desenho e implementação de políticas de soberania e segurança alimentar e nutricional, entre as quais está a formação de estoques nacionais de alimentos, entre outros.

A respeito do documento oficial do governo brasileiro sobre o tema a ser apresentado no âmbito do G-20, apesar de relatar a existência do problema da volatilidade de preços e expressar as controvérsias existentes nos diagnósticos a respeito, considera-se que ele não aponta, suficientemente, as respostas necessárias. Ademais, concentra-se na questão de preços dos alimentos e não aborda devidamente as demais causas e repercussões. Por isso, o Consea propõe a defesa da transparência de estoques públicos e privados de alimentos, e o apoio à constituição de estoques físicos de alimentos nos países, com foco nos países mais pobres, assim como a transparência, visibilidade e regulação dos mercados derivativos responsáveis pelo enorme impacto da especulação financeira sobre os preços dos alimentos.

Por se tratar de um grande exportador, o Brasil se coloca como possível beneficiário dessa conjuntura desde uma ótica apenas mercantil. O país tem adotado um padrão predominante de produção agropecuária intensiva em agroquímicos, de larga escala, concentradora de terra e renda e que utiliza pouca mão de obra. Esta concepção não enfrenta a alta dos preços e nem mantém as conquistas relativas ao acesso aos alimentos e à realização do direito humano à alimentação adequada e saudável da maioria da população brasileira. É preciso repensar o atual padrão de produção por seus impactos sócio-ambientais, bem como debater a concepção de uma segurança alimentar assentada na premissa do livre-comércio.

Por fim, o Consea propõe ao governo brasileiro que avance nas formas de cooperação e apoio técnico internacional no campo da soberania e da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável. Destaca-se a atuação no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), seja na definição de uma estratégia regional, seja por meio de redes e formas institucionalizadas como a Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar (Reaf).

Assim, Senhora Presidenta, o Consea espera estar contribuindo para a busca de soluções para esta situação, na expectativa de fortalecer ainda mais a soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil e no mundo.

Respeitosamente,

Renato S. Maluf
Presidente do CONSEA